

ELDORADO NOTÍCIAS

TEMPO: 8 MIN 19 SEG

2007_02_13

Jornalista: O Instituto Acende Brasil divulgou hoje, na capital federal, um estudo chamado “O Desafio das Agências Reguladoras”, em parceria com a Universidade de São Paulo. Para falar mais sobre o resultado deste levantamento, entramos em contato com o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales. Boa tarde.

Claudio Sales: Boa tarde.

Jornalista: Qual foi o resultado do levantamento “O Desafio das Agências Reguladoras”?

Claudio Sales: O relatório cobre os seguintes aspectos: primeiro uma visão histórica da criação de agências reguladoras, até em outros países, desde o final do século 19, e a evolução do conceito de agências reguladoras ao longo do século passado. Depois, é feita uma análise do que tem sido feito em termos de criação e atuação das agências reguladoras no Brasil nos últimos anos. E, por último, a partir dessa visão e do diagnóstico sobre a atuação das agências reguladoras, o relatório trata, também, tendo em vista projetos de lei que visam regulamentar as próprias agências reguladoras tramitando no Congresso, de um conjunto de propostas, de itens ou aspectos, que devem ser contemplados nessas leis, para que o instituto da agência reguladora possa ser mais eficiente e prover melhor serviço para a sociedade como um todo.

Jornalista: O que se obteve com esse levantamento? Um resultado positivo?

Claudio Sales: Creio que é positivo na medida em que ele lança um olhar acadêmico sobre a questão. O tema agência reguladora é freqüentemente discutido dentro de uma moldura de paixões ideológicas ou coisas parecidas. Dessa vez, o esforço está lastreado pela qualidade da equipe dirigida pela professora Virgínia Parente, da Universidade de São Paulo. O esforço foi trazer um olhar acadêmico, totalmente apolítico e desapaixonado sobre a questão. Este é o principal mérito do relatório, muito bem fundamentado na análise que faz. Essas propostas, sintetizadas em dez pontos, são uma contribuição bastante objetiva e útil, que pode servir aos parlamentares que a partir desse início de ano terão a responsabilidade de estabelecer uma nova legislação sobre o funcionamento das agências.

Jornalista: Eu tenho conhecimento de um destes termos, que é a questão da autonomia financeira. Paralelo a isso, temos a questão da independência política. Estes são dois princípios fundamentais, inclusive para a atuação de agências. Como estão esses dois pontos em relação às agências reguladoras no Brasil?

Claudio Sales: Esses dois pontos podem ser aprimorados pela nova legislação. No que diz respeito à autonomia financeira, assegurar que pelo menos uma das duas coisas aconteça: ou que o que venha ser arrecadado do consumidor seja de fato repassado para a agência ou, se não for repassado à agência, que não se cobre tanto do consumidor.

Jornalista: Para o ouvinte ter uma noção, eu pego um exemplo claro de uma forte agência reguladora, como a Aneel, a Agência Nacional de Energia Elétrica. Sabemos que existe um papel importante da agência na tentativa de regular o setor, para minimizar os problemas e tentar adequar o uso da eletricidade no nosso país. O fato é que percebemos, por exemplo, muitos claros na História, de tentativas de enfraquecimento das agências. O próprio governo tentando pressionar a Aneel, por meio do Ministério de Minas e Energia, para que não reduzisse a contabilização da energia nas usinas térmicas. Temos ainda muito a caminhar nesse sentido?

Claudio Sales: Temos sim e, por isso, a importância das sugestões que trazemos aqui. A agência reguladora, para ser eficiente, deve ser totalmente independente do interesse específico quer de governos, quer de investidores, quer de consumidores – este é o fator mais importante, que deve ser preservado no arcabouço legislativo que sustenta a agência. Esse

exemplo que você deu é eloqüente, porque é bastante recente, e mostra que a Agência, usando sua prerrogativa de independência, exigiu que fosse dada transparência à real condição de abastecimento de energia. O fato contrariou o governo, conforme manifestações emanadas do próprio Ministério de Minas e Energia. Um episódio como esse salta aos olhos da sociedade: a importância de que a agência seja independente e possa dar a todos a segurança e neutralidade no tratamento dessas questões.

Jornalista: As propostas para esse projeto de lei deverão ser apresentadas em breve? Quais serão os passos, com base no resultado deste estudo?

Claudio Sales: Do ponto de vista legislativo, há a tramitação de duas iniciativas hoje no Congresso. Uma do projeto da Lei Geral das Agências Reguladoras, que começou a tramitar na Câmara dos Deputados. A outra do Senado, que aguarda votação para esta semana, e que dá tratamento constitucional ao papel das agências reguladoras. Creio que essas duas iniciativas podem ser beneficiadas com um estudo como este, preparado por uma equipe de professores da USP. A nossa atuação limita-se a divulgar a todas as instâncias que lidam com questão, que são o Congresso Federal, com suas duas casas, as suas mesas diretoras, lideranças de partidos e parlamentares interessados, assim como os presidentes das comissões ligadas ao setor, como a de Minas e Energia da Câmara e a comissão de Infra-Estrutura do Senado. No governo federal também, nos ministérios que mais atuam nas questões ligadas à energia elétrica, como o Ministério de Minas e Energia, Casa Civil, da Fazenda, de Meio Ambiente, a eles será levado este estudo. Além da própria Aneel, certamente, e do Tribunal de Contas e outros organismos do tipo.

Jornalista: Eu conversei na Eldorado com o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales. Obrigado pela atenção, bom trabalho e até a próxima.

Claudio Sales: Obrigado a vocês pela atenção.